



“Questão Social, Pandemia e Serviço Social: em defesa da vida e de uma educação emancipadora”

Eixo temático: Serviço Social: Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional
Sub-eixo: Trabalho profissional

REQUISIÇÕES E RESPOSTAS PROFISSIONAIS NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: APROXIMAÇÕES À REALIDADE DA REGIÃO METROPOLITANA DA BAIXADA SANTISTA

TEREZINHA DE FÁTIMA RODRIGUES ¹
HELIDA LIMA DE SOUZA ²
LUCIANA MARIA CAVALCANTE MELO ²
MARIA LÚCIA GARCIA MIRA ²
MARIA ROSÂNGELA BATISTONI ²

RESUMO:

Este artigo apresenta resultados de pesquisa sobre o trabalho de assistentes sociais no contexto da pandemia da Covid-19 na Região Metropolitana da Baixada Santista. A pesquisa de campo foi realizada em novembro de 2020 por meio de um questionário (plataforma *Google forms*), com participação de 5% das/os assistentes sociais em exercício profissional na Região. As reflexões deste artigo se voltam às requisições e respostas profissionais com o agravamento das expressões da questão social com a crise sanitária, revelando a complexidade das necessidades dos segmentos mais empobrecidos da classe trabalhadora e, conseqüentemente, com maiores desafios ao trabalho de assistentes sociais.

Palavras-chave: serviço social; requisições; respostas profissionais; pandemia da covid-19.

ABSTRACT:

This article presents the results of research on the work of social workers in the context of the covid-19 pandemic in the

1 Professor com formação em Serviço Social. Universidade Federal De São Paulo

2 Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal De São Paulo

metropolitan region of Baixada Santista. The field research was conducted in november 2020 through a questionnaire (Google forms platform), with the participation of 5% of the social workers in professional practice in the region. The reflections of this article focus on the professional requirements and responses to the worsening of the expressions of the social question with the health crisis, revealing the complexity of the needs of the most impoverished segments of the working class and, consequently, with bigger challenges to the work of social workers.

Keywords: Social Work; requisitions; professional responses; covid-19 pandemic.

I. INTRODUÇÃO

As reflexões deste artigo se voltam às requisições, demandas e respostas profissionais de assistentes sociais no contexto inicial da pandemia da covid-19 no Brasil, na particularidade da Região Metropolitana da Baixada Santista (RMBS) e são frutos de pesquisa realizada no ano de 2020, envolvendo os nove municípios da Região.³ A pesquisa foi articulada no interior do Grupo de Estudos que, no ano de 2020, definiu como temática, o trabalho e a formação profissional de assistentes sociais no contexto da crise sanitária da Covid-19: conteúdos, desafios e perspectivas.

O estudo apresentou como objetivo, conhecer as condições do trabalho profissional de assistentes sociais na RMBS, observando as demandas e respostas profissionais no contexto da pandemia. É com essa ênfase que construímos as reflexões presentes neste artigo. O trabalho de campo foi realizado em novembro de 2020 por meio de um questionário, utilizando a plataforma *Google forms* e obteve respostas de 5% dos/as assistentes sociais em exercício profissional na Região. Das/os 70 respondentes, houve preponderância para a cidade de Santos, correspondendo a 47,1% do total das/os participantes.

Desde o final do ano de 2019, o mundo foi assombrado pelo surgimento de um novo vírus, o *SARS-CoV-2*, que o atingiu em escala meteórica, provocando grande mortalidade em todo o planeta. Transcorridos quase três anos dos casos iniciais, verificados em Wuhan na China, e com os avanços no campo das pesquisas em saúde e respectiva produção em

3 Compõem a RMBS os municípios de Bertioga, Cubatão, Guarujá, Itanhaém, Mongaguá, Peruíbe, Praia Grande, Santos e São Vicente.

massa de vacinas, a situação ainda se coloca. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) em maio de 2022⁴, apontaram que a pandemia teria causado a morte de quase 15 milhões de pessoas no mundo, um total de 13 milhões a mais de óbitos do que o esperado em um período de dois anos. A OMS observou que os dados poderiam estar subestimados pois até aquele período, apenas 5,4 milhões teriam sido registrados oficialmente.

No Brasil, em 10/08/2022, os registros oficiais mostravam a impressionante marca das 680.786 mil mortes⁵, muitas perdidas em função da omissão do governo brasileiro que, em todo esse período, adotou um comportamento negacionista e irresponsável, agravando a crise sanitária que assolou o país. São traumáticas as cenas do início de 2021, na Região Norte, mais precisamente em Belém, com as pessoas nas filas em busca de oxigênio para seus familiares adoecidos, tentando superar a morte por conta própria, pela inação do governo.

Os impactos da Covid-19 nas condições de vida e trabalho, principalmente no conjunto da classe trabalhadora, podem ser vistos na crise econômica, social e política vivenciada no país com contornos dramáticos marcados pela fome, perda do poder aquisitivo das/os trabalhadoras/as e inseguranças nas mais diversas esferas da vida.

Logo no início do ano de 2020, com a instalação da pandemia, dentre as medidas preconizadas pela OMS, constou o distanciamento social como maneira de evitar a multiplicação das mortes e o colapso nos serviços de saúde. Em alguns países houve a decretação do *lockdown*, medida que conteve, mas não impediu o significativo avanço do número de contágios e mortes.

No Brasil, observaram-se consequências nas condições de vida e trabalho de milhares de trabalhadores/as com alarmantes índices de desemprego, inserção precária no mercado de trabalho, fazendo com que muitas famílias retornassem ao quadro da fome.

A pandemia e as medidas tomadas para controlá-la provocaram alterações na natureza, forma e condições de trabalho no Brasil. Para uma parcela de trabalhadores/as, principalmente, servidores/as públicos e/ou de empresas privadas, a indicação foi o trabalho remoto, realizado no espaço residencial, com a mediação das tecnologias da informação e comunicação (TIC). Para outros trabalhadores/as, inseridos/as em áreas consideradas essenciais (saúde e assistência social, dentre outras), a indicação foi o trabalho presencial, ainda que permeado por diferentes restrições sanitárias e com a forte inserção das TICs. No decorrer das fases da pandemia, dependendo das avaliações do número de contágios,

4 Veja mais em <https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/bbc/2022/05/05/numero-real-de-mortes-por-covid-no-mundo-pode-ter-chegado-a-15-milhoes-diz-oms.htm?cmpid=copiaecola>. Acesso em 10/08/2022.

5 Fonte: <https://covid.saude.gov.br> Acesso em 11/08/2022.

medidas de flexibilização e abertura se efetivaram em um contexto de trabalho profissional, mesclando a modalidade “híbrida” – presencial e remota.

Das/os assistentes sociais participantes da pesquisa, 68,6% informaram ter como locus de trabalho as instituições municipais, sendo que 30% desenvolviam suas atividades profissionais na política de assistência social, junto aos Centros de Referência de Assistência Social – CRAS e Centros de Referência em Assistência Social – CREAS; 28,6% na área de saúde; 48,7% estavam na condição presencial, sendo os/as demais na condição híbrida e remota.

É possível observar no período analisado, o aumento do ônus do trabalho para o/a trabalhador/a. No conjunto de respostas ficou demarcado que as instituições empregadoras não realizaram nenhuma forma de apoio financeiro para os gastos oriundos com as novas modalidades de trabalho, principalmente nas despesas com a reorganização dos ambientes de trabalho nas residências que tiveram que ser readaptadas sem nenhum recurso adicional, onerando a renda familiar.

Nesse contexto de alteração das formas do trabalho, o agravamento das expressões da questão social exigiu das/os assistentes sociais um duplo desafio: na própria condição de trabalhadoras/os, expostas/os e com as mesmas possibilidades de contágio e mortes⁶ e as repercussões da pandemia na vida das/os usuários/as dos serviços que viram suas condições de vida se agravar.

2. Demandas e requisições profissionais no contexto da pandemia da Covid-19 na RMBS

As demandas a que as/os assistentes sociais são chamadas/os a responder, historicamente, são aquelas oriundas das expressões da questão social, resultantes do capitalismo atual, mundial e financeirizado que imprime o alargamento das desigualdades sociais. São observados, a destruição dos direitos da classe trabalhadora, o avanço da ultra exploração do trabalho, precarizado e informal, com o significativo aumento da pobreza. São características próprias da sociabilidade do capital na presente versão ultraliberal com viés ultraconservador (IAMAMOTO, 2019).

É de sólida constatação, no conjunto da apreensão crítica e teórica do Serviço Social brasileiro, que a questão social é matéria central do trabalho profissional, constituindo-se causa estruturante da existência da profissão na sociabilidade burguesa. É a razão pela qual

⁶Em homenagem às/aos assistentes sociais com óbito pela Covid-19, o Conjunto CFESS-CRESS e a ABEPSS lançaram, em suas páginas, um “Memorial dedicado à vida de cada assistente social vítima do coronavírus – Nosso Luta, nossa Luta!”, que registrava, em 11/08/2022, 116 óbitos. Ver mais em <https://www.cfess.org.br/visualizar/menu/local/memorial>

opera a necessidade concreta da intervenção das/os assistentes sociais nos diversos espaços sócio-ocupacionais, nas políticas sociais, em instituições públicas e privadas, nas áreas da assistência social, saúde, previdência, habitação, sociojurídica, direitos humanos, dentre outras.

Neste sentido, a categoria profissional apreende um significativo acúmulo na compreensão da questão social como:

[...] inerente à sociedade de classes e seus antagonismos, envolvendo uma arena de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, com o selo das particularidades nacionais. A gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização. É portanto, indissociável da emergência do trabalhador livre, que depende da venda de sua força de trabalho para a satisfação de suas necessidades vitais. (IAMAMOTO, 2019, p. 38)

Assim, a contradição inerente à sociabilidade do capital, expõe de modo tangível as possibilidades de lutas e avanços para as/os trabalhadoras/es e, ao mesmo tempo, as refrações que operam os interesses dos detentores dos meios de produção, considerando, portanto, a questão social, reação e resposta das lutas das classes antagônicas.

No contexto da América Latina, sob o conduto sócio-histórico da dependência, da industrialização tardia e da cultura colonial e escravocrata evidenciam-se as particularidades da questão social dos primórdios da colonização até a atualidade. No Brasil, a exploração em níveis extremos da força de trabalho expõe ao longo do curso da história, manifestações do pauperismo, de violências e violações de direitos, de opressões às mulheres e de toda a sorte de homens e mulheres negras, do acentuado grau de desigualdade social que reverberam as particularidades da sociabilidade conservadora brasileira. Conforme Yazbek,

No caso brasileiro, sem dúvida, os processos que caracterizaram a formação social e política do país impulsionaram a criação de uma sociedade na qual o caráter predatório das relações coloniais e do escravismo deixaram, suas marcas profundas e estruturantes na história brasileira e implantaram bases importantes na construção da lógica que vem presidindo a expansão do capitalismo periférico e dependente e das particulares características da questão social que se caracteriza como um traço estrutural da sociedade brasileira. Assim, as dimensões étnico-raciais e de gênero e as marcas do escravismo e do patriarcado entre outras, estão presentes nas manifestações cotidianas da questão social com a qual se confronta a profissão (YAZBEK, 2021, p.20).

Nessa conformação estruturante do Brasil, manifestam-se as particularidades da questão social nas diferenças regionais e territoriais com profundas desigualdades que distanciam o acesso às políticas sociais, aos direitos e a garantia de sobrevivência de substantiva parte das classes trabalhadoras.

A RMBS, com uma área de 2.428,74 km² e 1.845.822 habitantes⁷, considerada

7 Disponível em: Gerenciamento Costeiro (infraestruturameioambiente.sp.gov.br). (Acesso 22/08/2022).

a terceira maior região do Estado de São Paulo em termos de índice populacional, comporta em sua estrutura sócio-histórica, os efeitos da expansão urbana e da industrialização aos moldes do desenvolvimento das cidades brasileiras. Em contraposição à imagem midiática da região em franco desenvolvimento econômico, se sobrepõem as contradições próprias resultantes das ações políticas e econômicas que predominam no Estado capitalista:

a violência, o tráfico de drogas, o déficit habitacional, a falta de saneamento básico em certos territórios, as dificuldades relacionadas à mobilidade e ao transporte público, a poluição das águas e da mata e a destinação dos resíduos sólidos são só algumas das inúmeras questões partilhadas pela metrópole litorânea (BRANDÃO; MORELL: SANTOS, s/p, 2015⁸).

É nesse contexto que se materializa o trabalho das/os assistentes sociais na RMBS, e, portanto, as demandas que exigem respostas profissionais. Considerar que o trabalho é resultante das condições concretas, objetivas, permeadas pelas determinações econômica, social e política-institucional, é capturar a autonomia relativa que se caracteriza o exercício profissional.

Conforme Raichelis (2020), o Serviço Social está inserido na divisão sociotécnica, sexual e étnico-racial do trabalho, conformando-se em profissão necessária à reprodução das relações sociais capitalistas, e no cerne de sua inerente contradição, responde tanto às requisições institucionais, quanto às demandas dos “indivíduos, grupos e classes sociais em seu processo de (re)produção social” (RAICHELIS, 2020, p.14).

Considerar a autonomia relativa que constitui o trabalho profissional no interior dos diversos e diferentes espaços sócio-ocupacionais é substantivamente essencial para não cair na cilada ou ilusão do messianismo ou *fatalismo*⁹ que, em tempos recentes, consagra algumas narrativas profissionais. Compreender a “relatividade” que se impõe a autonomia das/os assistentes sociais é apropriar-se da estrutura que lhe conforma, portanto, de uma profissão liberal, porém, preponderantemente, assalariada e por essa característica, com possibilidades de avanços e/ou recuos no trato dos direitos da população atendida, nos serviços prestados por meio, frequentemente, do Estado e das políticas sociais implementadas.

Como profissionais assalariados/as, em grande parte pelas instituições do aparelho de Estado nas três esferas de poder, notadamente em âmbito municipal, mas também por organizações não governamentais e empresariais, a força de trabalho

8 Disponível em: Baixada Santista: crescimento econômico e desigualdade social - Observatório das Metrópoles (observatoriodasmetrolopes.net.br) (Acesso 22/08/2022).

9 Tema consistentemente abordado nas obras de Yamamoto, especialmente Renovação e Conservadorismo no Serviço Social – Ensaio Crítico (Cortez, São Paulo, 1992).

de assistentes sociais transformada em mercadoria só pode entrar em ação através dos meios e instrumentos de trabalho que, não sendo propriedade desses/as trabalhadores/as, devem ser colocados à disposição pelos empregadores institucionais públicos ou privados: infraestrutura humana, material e financeira para o desenvolvimento de programas, projetos, serviços, benefícios e um conjunto de outros requisitos necessários à execução direta de serviços sociais para amplos segmentos da classe trabalhadora ou para o desenvolvimento de funções em nível de gestão e gerenciamento institucional. Esse processo subordina o exercício profissional às requisições institucionais nos diferentes espaços sócio-ocupacionais que demandam essa capacidade de trabalho especializada (RAICHELI, 2020, p.16).

O trabalho das/os assistentes sociais, conforme assinala Raichelis (2020) é subordinado às requisições institucionais. É preciso, assim, considerar as requisições institucionais e as demandas da população usuária dos serviços sociais. Indaga-se, portanto, quais as principais demandas e requisições no contexto da pandemia da Covid-19 aos assistentes sociais na RMBS?

Entre os dados recolhidos no estudo sobre o trabalho dos/as assistentes sociais na RMBS durante a pandemia da Covid 19, foi possível observar que as situações e demandas apresentadas pela população usuária a esses profissionais, relacionam-se às necessidades de vida e trabalho, de trabalhadores/as mais empobrecidos, agravadas no contexto pandêmico.

O desemprego foi a questão com maior incidência, presente em 81,42% das políticas sociais pesquisadas, revelando as consequências sobre as condições de vida dessa população.

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontou que em dezembro de 2020, as taxas de desemprego mantinham-se em 14,1% na população brasileira, economicamente ativa. No terceiro trimestre de 2022, o Instituto assinala para a queda do desemprego, ao considerar o trabalho informalizado da população jovem e adulta, desprovido de direitos. A precarização das condições de trabalho, a baixa oferta de emprego, levaram a população a ser subutilizada para o trabalho, ao desalento, à desistência da busca de trabalho, ao aumento significativo da pobreza.

Além das questões objetivas presentes nas condições de vida dessa população, causadas pela precariedade ou ausência de trabalho, as consequências também se manifestaram através da depressão, ansiedade, do abuso de substâncias psicoativas, conforme revelaram os/as participantes da pesquisa.

A fome e a insegurança alimentar voltaram a se manifestar com intensidade na população brasileira, durante a pandemia da Covid 19, revelando-se, como dado significativo, também neste estudo. No fim de 2020, 19,1 milhões de brasileiros/as conviviam

com a fome segundo o Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19. A situação se agravou pelas condições conjunturais do país e em 2022, são 33,1 milhões de pessoas que não têm como se alimentar.¹⁰

Participantes desta pesquisa revelaram que houve aumento significativo da demanda por alimentos nos CRAS em 2020, mas que sendo um ano eleitoral, houve uma forte pressão para o esvaziamento de ações de assistência e de trabalho técnico, amortecendo serviços de proteção e interferindo na autonomia dos/as profissionais.

Considerando, no entanto, a busca por condições de subsistência, a pesquisa observou as demandas pela política da assistência social no acesso ao CADÚnico (42%) e pelo Auxílio Emergencial (62,85%)

O segundo dado de maior incidência esteve relacionado à violência presente nos domicílios, atingindo mulheres, crianças, adolescentes, idosos e pessoas com deficiência.

O estudo observou que na RMBS, 44,28% dos/as participantes da pesquisa assinalaram a violência contra as mulheres como uma demanda para o trabalho. O contexto da pandemia escancarou essa situação arraigada no Brasil, decorrente de relações patriarcais que naturalizam a violência doméstica.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), publicou que no ano de 2020 foram assassinadas 3.913 mulheres no Brasil, das quais 1.350 foram registradas como feminicídios. Trata-se de uma média de 34,5% do total das mortes de mulheres. Importante observar que do total de vítimas de homicídio, 61,8% das mulheres eram negras, o que revela o racismo estrutural na particularidade da realidade brasileira.

Trinta por cento (30%) das respostas da pesquisa indicaram a ocorrência de violência contra crianças e adolescentes. O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2021), revelou que no ano de 2020, houve um aumento de 3,6% em relação a 2019 no número de crianças e adolescente mortos. As pessoas negras de 15 a 19 anos, sendo 74% de sexo masculino estão entre as mortes violentas intencionais. Os dados revelam o genocídio de jovens negros/as, relacionado à uma cultura escravocrata que permanece no país e que conforma o racismo estrutural.

Os resultados da pesquisa permitem aferir que, de modo geral, não houve mudanças significativas no perfil das demandas atendidas nos espaços sócio-ocupacionais, havendo, entretanto, sua intensificação em virtude da agudização das condições de vida da classe trabalhadora, como vimos.

10 Dados da Rede de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional publicado em <https://olheparaafome.com.br/> Acesso em 22/08/2022

As requisições institucionais aos/às profissionais do Serviço Social, durante o período estudado pela pesquisa na RMBS, estiveram relacionadas, principalmente, à modalidade do trabalho profissional. As recomendações sanitárias de isolamento, por vezes, se colocaram contrapostas às demandas da população que solicitava a presença dos/as assistentes sociais. Assim, as instituições requisitaram em 46% o trabalho presencial, 12,17% o híbrido e, 12,17% remoto, cabendo aos profissionais, o ônus do trabalho remoto e os riscos em sua saúde no trabalho presencial.

Equipamentos de proteção individual, capacitação para o trabalho com redução de riscos nem sempre ocorreram nas instituições. Apenas 18,26% dos entrevistados receberam capacitação para os cuidados pessoais. Por outro lado, os/as profissionais que trabalharam de maneira remota e híbrida tiveram que arcar com os custos de adaptação das condições do domicílio, de energia elétrica, internet e outros recursos necessários. 46,6% dos/as participantes do estudo informaram a não alteração da jornada de trabalho, 81,3% a não redução salarial e 60% a não redução de direitos trabalhistas. Observa-se que, embora em parcela dos/as entrevistados/as não houvesse redução da folha de pagamento, os custos do trabalho podem ter implicado em diminuição de salário.

Em relação ao trabalho remoto e híbrido, houve implicações na vida privada uma vez que invadiu o espaço doméstico e intensificou o trabalho feminino e a sua exploração. A pesquisa apontou decorrências nas condições de saúde com 75% com processos de ativação de ansiedade, 28,9% com adoecimentos físicos e psíquicos, stress, insônia e 42,1% com dificuldades em conciliar a vida pessoal e trabalho, no período em que ainda não havia vacinas para a Covid-19.

3. Respostas profissionais de assistentes sociais da RMBS, em contextos de crises

A pandemia da Covid-19 instaura no capitalismo uma nova fase a qual Antunes (2020) denomina de capitalismo virótico ou pandêmico¹¹. Contudo, mais do que evidenciar uma crise sanitária essa nova morfologia desvela a forma como o Estado vem gerindo as políticas sociais bem como deixa visível os pilares que sustentam este sistema destrutivo que coisifica a força de trabalho, privilegiando a maximização dos lucros das grandes empresas transnacionais (ANTUNES, 2020; RAICHELIS; ARREGUI (2021).

Antunes (2020) afirma que o capital se apropriou do contexto pandêmico para

¹¹ Para Antunes (2021), o capital pandêmico 'tem um claro caráter discriminatório em relação às classes sociais, pois, sua dinâmica é muito mais brutal e intensa para a humanidade que depende do próprio trabalho para sobreviver.'

intensificar as formas de exploração do trabalho. Contudo, também lembrou que antes do estágio pandêmico, o país já contava com cerca de 40 milhões de brasileiros na informalidade, em condições precarizadas com o avanço da uberização, além dos quase 13 milhões de desempregados. Assim, a pandemia possibilitou evidenciar os limites da totalidade das crises preexistentes à covid-19, como a crise na saúde pública, a crise política e a financeira.

A crise estrutural do capital das últimas décadas e as respectivas estratégias de enfrentamento são, de acordo com Raichelis; Arregui (2021), o elemento central para o desvendamento dos impactos da crise sanitária no mundo do trabalho, incluindo o Serviço Social e o trabalho cotidiano dos assistentes sociais frente às demandas da classe trabalhadora. De tal modo, a “eclosão do novo coronavírus, em meio à profunda crise estrutural do capital, acentuará exponencialmente seus traços sistêmicos em curso, articulando em uma totalidade contraditória suas dimensões econômica, política, social e sanitária” (RAICHELIS; ARREGUI; 2021, p. 138).

Esse contexto atingiu indistintamente a classe trabalhadora, incluindo as/os assistentes sociais que foram afetados/as pela retração ou escassez de subsídios necessários para a construção de respostas profissionais mais efetivas. Contudo, por outro lado, tende a contribuir para a construção de respostas burocratizadas e dotadas de imediaticidade implicando na desqualificação destas respostas. As narrativas das/os profissionais ouvidas/os na pesquisa caminham nessa direção:

Acredito que durante o período de pandemia a população usuária dos nossos serviços tiveram as suas condições socioeconômicas agravadas, o que tem impactado direto no trabalho das/os assistentes sociais. E como trabalhadoras sociais, nosso trabalho foi e está sendo cada vez mais requisitado. No entanto, as instituições requisitam uma eficiência deste trabalho sem considerar ou fornecer apoio para que ele seja desenvolvido no momento da pandemia. De uma forma geral, o trabalho das assistentes sociais em várias políticas está sendo intensamente precarizado. É uma realidade que atinge todas/os trabalhadoras/os. O capital encontrou na pandemia um grande motivo para justificar a sua hiper exploração. (Respondente, Assistente Social, 2020).

A nova morfologia do trabalho que incorpora os avanços tecnológicos de base digital busca o aumento da produtividade, ao mesmo passo que aumenta exponencialmente a população sobrando, mediante altas taxas de desemprego e precarização das condições de trabalho e obtenção de renda (Raichelis; Arregui, 2021). Somado a isso, o processo de contrarreformas¹² instaurado no país a partir de 2016, com o impeachment da presidenta Dilma Rousseff, eleita democraticamente, também teve uma contribuição significativa.

Dessas contrarreformas, impacta diretamente no trabalho das/os assistentes sociais

12 Dentre elas podemos citar as contrarreformas trabalhista, previdenciária e administrativa.

a Emenda Constitucional nº 95/2016, conhecida como '*PEC do fim do mundo*', que congelou por 20 anos os gastos primários da União. Provocou o desfinanciamento das políticas sociais, aprofundando os níveis de desigualdade social no país, e direcionou um maior contingente populacional para os serviços de assistência social, sem que fosse possível aos profissionais, oferecer respostas resolutivas às demandas que se intensificaram.

Assim, no âmbito das políticas e programas sociais observa-se que anteriormente à crise sanitária instaurada pela covid-19, o país intensificou a superexploração da classe trabalhadora, dificultando as formas de organização coletiva e a resistência aos mandos do capital, "pressionando a privatização dos serviços sociais, enquanto [privilegiava] nichos de investimento e acumulação do capital" (IAMAMOTO, 2021, p. 21).

Esse cenário agrava-se com a crise sanitária, trazendo para os/as assistentes sociais a concretização da "impotência para fazer frente às expressões mais dramáticas da questão social e às necessidades urgentes dos indivíduos e famílias que demandam atenção pública" (RAICHELIS; ARREGUI, 2021, p 144).

Dentre os profissionais participantes, 43,1% (31) informaram sofrer pressão institucional e 44,4% (32) o aumento da carga de trabalho, elementos que afetam diretamente a forma e possibilidades de construção de respostas profissionais às demandas que se colocam no cotidiano do trabalho.

O contexto de crises, evidenciam no cotidiano de trabalho um duplo desafio para respostas profissionais: i) a agudização das condições de existência da classe trabalhadora que demanda o trabalho profissional, ampliada pela destruição das políticas, serviços e direitos sociais e ii) a persistência crescente do conservadorismo com traços neofascistas que, desconstruem política e ideologicamente, formas de resistência e a luta coletiva.

A condução profissional nas demandas se mostrou afetada por diversas variáveis, tais como a instabilidade da forma de trabalho (presencial, remoto e híbrido), na redução das equipes de trabalho, no aumento das demandas, além da permanente precarização das condições de trabalho que impôs limitações à construção de respostas profissionais

As fragilidades apresentadas no contexto pandêmico pesquisado deixam visíveis a necessidade da articulação do trabalho em rede entre as mais variadas políticas sociais. A pesquisa formulou pergunta com o intuito específico de conhecer as atividades profissionais que estavam sendo desenvolvidas para responder as demandas da população usuária no contexto pandêmico obtendo 52 respostas (74,3%). Destas, 32,7% (17) enfatizaram a articulação do trabalho em rede como instrumento de viabilização de direitos. Outros instrumentos de trabalho, mais frequentemente utilizados para a construção das respostas

profissionais, foram: o atendimento individual (presencial e remoto), o fornecimento de cestas básicas, as visitas domiciliares, a orientação sobre direitos e benefícios e os encaminhamentos para outros serviços.

O trabalho articulado em rede vem se mostrando importante e necessária ferramenta contra a precarização do trabalho e da vida dos indivíduos, pois se revela instrumental coletivo de lutas. Sendo o trabalho profissional polarizado pelos contraditórios projetos societários vigentes na sociedade pelos interesses das classes, a construção das respostas profissionais também deve ser dotada de diversidade. É essa polarização que “permite à categoria profissional estabelecer estratégias político profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais” (IAMAMOTO, 2021, p. 28).

Nesse primeiro momento do contexto pandêmico, em meio aos frequentes períodos de isolamento, o uso das TICs exerceu importante papel para a realização das atividades essenciais como atendimentos, contatos, orientações, sobretudo como instrumento articulador do trabalho em rede. Por outro lado, não se pode esquecer a já citada contradição existente no uso das TICs. Anterior à crise sanitária, o seu uso estabelece nova morfologia do trabalho que intensifica a imposição de produtividade das/os assistentes sociais, contribuindo para o aumento de demandas por trabalho burocrático e pragmático que se voltam para as respostas imediatas em detrimento do trabalho técnico criativo (IAMAMOTO, 2021, p. 35).

Olhando para o cenário posto, merece investimento em pesquisa a dimensão das respostas profissionais, isto porque, a percepção de como os profissionais estão conseguindo responder (ou não) às demandas que lhes são apresentadas se torna importante objeto de análise e avaliação não só das políticas, programas e serviços, como também da formação acadêmica em Serviço Social, dada a função social exercida por esta profissão. Como lembra lamamoto em relação à profissão:

Certamente é uma profissão particularmente privilegiada – talvez a única na divisão social e técnica do trabalho -, convocada a analisar e dar respostas, na esfera profissional, ao amplo espectro de expressões de desigualdades, opressões e disparidades sociais vividas pelos sujeitos sociais no território do país, majoritariamente trabalhadores/as em seus distintos segmentos que constituem a maioria da nação (2021, p. 31-32)

Neste ponto, retomamos lamamoto quando afirma que

Assistentes sociais conhecem de perto, no seu cotidiano de trabalho, as necessidades da população, seus interesses sociais e o território onde vivem. Este conhecimento dispõe de elevado potencial político, que necessita ser mais explorado pelo conjunto da categoria e pelas instâncias de fiscalização profissional, no sentido de atribuir visibilidade às condições de vida de segmentos da população

trabalhadoras e à importância do trabalho silencioso dos assistentes sociais, contribuindo para que possam ter acesso aos seus direitos e aos meios de exercê-los (IAMAMOTO, 2021, p. 32).

Por fim, observa-se que historicamente é nos momentos de crise que o Serviço Social é fortemente tensionado a exercer a sua intencionalidade ético-política no sentido de recriar o trabalho profissional “considerando tanto sua contribuição na reprodução material e social dos sujeitos, expressa na prestação de serviços sociais de qualidade a partir de políticas públicas”, quanto em sua dimensão educativa a qual “incide na cultura das classes subalternas: nas suas maneiras de ver, viver e sentir a vida, fortalecendo a dimensão coletiva das lutas sociais” (IAMAMOTO, 2021, p. 40).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As manifestações da questão social, expressas nas demandas da população usuária, tal como registradas pelas/os respondentes a esta pesquisa, demarcam como a pandemia agudizou e escancarou as desigualdades sociais, a pauperização absoluta e relativa do conjunto da classe trabalhadora brasileira. Situação que se agravou com o avanço das contrarreformas conduzidas sob a égide de orientações ultraliberais, como estratégia de enfrentamento da crise do capital, configurando uma grande ofensiva sobre os direitos sociais dos trabalhadores/as. Os processos de regressão social de conquistas sociais, permitiram apreender o alto índice de situações e demandas apresentadas pela população atendida, registrada na pesquisa, a exemplo da violação institucional de acesso aos direitos, com 54,28%, além das demandas relativas a todas as violências sofridas, desemprego, fome, sofrimento psíquico, como apresentado nesta comunicação. Destarte, assistentes sociais vivenciam o caráter contraditório das políticas sociais situadas entre a exigência da afirmação dos direitos sociais e a sua negação.

No trabalho profissional de assistentes sociais um conjunto de mudanças vinham operando no que Raichellis denomina como uma “nova morfologia do trabalho”, recorrendo a Antunes, com a da intensificação e precarização do trabalho no contexto dos serviços, além da mediação do trabalho pelas tecnologias informacionais.

No cenário pandêmico da covid-19 o trabalho de assistente sociais é transversalmente afetado, tanto no presencial – com exigências extras de segurança à contaminação nos ambientes de trabalho, especialmente nas políticas de saúde e assistência social – ; quanto no trabalho remoto e *home-office* em ampla expansão, além de repercutir diretamente na formação acadêmico-profissional, incidindo sobre o trabalho docente, as disciplinas curriculares, o estágio e sua supervisão. A intensificação do trabalho

foi amplamente denunciada, ainda mais considerando as dinâmicas que recaem sobre o trabalho feminino pois o serviço social, é majoritariamente constituído por mulheres. O crescimento da informalidade (trabalhos por tempo determinado, por projetos etc.) atinge também o mercado de trabalho da/o assistente social: além do baixo nível salarial, da ausência de direitos, apresentam situações de insalubridade e de assédio moral.

Concluindo, os resultados da pesquisa acerca do trabalho de assistentes sociais de diferentes espaços sócio-ocupacionais na Região Metropolitana da Baixada Santista, durante a pandemia da covid-19, evidenciaram o impacto sofrido, em especial no âmbito das políticas sociais de saúde e assistência social, dando visibilidade às condições de trabalho. E evidencia sua importância, ao contribuir para que segmentos de trabalhadoras/es, violentados em seus direitos humanos e sociais tenham acesso a eles e ao seu exercício.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, R. Coronavírus: o trabalho sob fogo cruzado. São Paulo, Boitempo, 2020.

ANUÁRIO DE SEGURANÇA ALIMENTAR. Rede de Pesquisa em Segurança Alimentar e Nutricional publicado em <https://olheparaafome.com.br/> Acesso em 22/08/2022

BRANDÃO, M; MORELL, M. G.; SANTOS, A. R. Baixada Santista: crescimento econômico e desigualdade social (14/05/2015). Fonte; [https://www.observatoriodasmetroles.net.br/baixada-santista-crescimento-](https://www.observatoriodasmetroles.net.br/baixada-santista-crescimento-economico-e-desigualdade-social/)

[economico-e-desigualdade-social/](https://www.observatoriodasmetroles.net.br/baixada-santista-crescimento-economico-e-desigualdade-social/) Acesso em 22/008/2022.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. *Anuário Brasileiro de Segurança Pública* 2021. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2021/07/anuario-2021-completo-v6-bx.pdf>. Acesso em : 28 nov. 2021.

IAMAMOTO, M. V. Os desafios da profissão de Serviço Social no atual contexto de retrocessos das conquistas da classe trabalhadora. In: Diálogos do cotidiano – Assistente Social. Reflexões sobre o cotidiano profissional. Brasília, CFESS, 2021. Disponível em <http://www.cfess.org.br/arquivos/12021Cfess-DialogosDoCotidianoVol1-Site.pdf>. Acessado em 11.08.2022.

_____. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, M. C. & IAMAMOTO, M. V. (orgs.) Serviço Social na história: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019, p. 34-61.

OXFORD. *Insegurança Alimentar e Covid-19 no Brasil*. Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2021. Disponível em: <http://www.olheparaafome.com.br/> Acesso em: set. 2021.

RAICHELIS, R.; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *Revista Serviço Social & Sociedade* nº 140, Jan-Abr 2021. Disponível em <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/MVGcWc6sHCP9wFM5GHrpwQR/>. Acesso em 11.08.2022.

RAICHELIS, R. Atribuições e competências profissionais à luz da “nova” morfologia do trabalho. In: CFESS. *Atribuições privativas do/a assistente social em questão*. Vol. 2. Brasília: CFESS, 2020, p. 11-42.

YAZBEK, M. C. Expressões da questão social brasileira em tempos de devastação do trabalho. In: *Temporalis*, Brasília (DF), ano 21, n. 42, jul./dez. 2021, p. 16-30.

,